

“Também vou falar da minha história” - uma experiência de trabalho em unidade de acolhimento para mulheres em situação de rua

Clara Santos Henriques de Araújo¹

Resumo

A Unidade de Acolhimento Lélia Gonzalez é um equipamento da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos de Niterói que recebe mulheres e famílias em situação de rua, em sua maioria negra. Este texto pretende fazer um relato de experiência da construção de atividades sobre feminismo e negritude propostas por e para acolhidas. No acolhimento, o fazer do psicólogo, tão disposto a escutar sem dar caminhos prontos, se confronta com a necessidade de tomar atitudes que respondem ao ritmo e às regras institucionais, sem necessariamente considerar o sujeito. Frente a essa dificuldade, como construir uma prática? A partir de demandas trazidas por uma acolhida, abriu-se um espaço, em forma de rodas de conversa e oficinas, para que as próprias acolhidas trouxessem seus interesses e histórias. Os encontros têm adesão das acolhidas, que seguem trazendo propostas de temas. Quanto a prática psi, segue sendo tecida no possível da política pública.

Palavras-chave: acolhimento; assistência; relato

“I will also be speaking of my own history” - a work experience in a reception unity for homeless women

¹ Psicóloga da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos de Niterói. Formada em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF), MSc em Diversities in Youth Care pela Radboud University. Email: clarasharaujo@gmail.com

GT 01 - Amefricanizando o feminismo: mulheres negras saindo da invisibilidade

Abstract

The Lélia Gonzalez Reception Unity is an organ of the Secretary of Social Assistance and Human Rights of Niterói that receives women and families who live at the streets, majorly black. This paper will discuss the experience of building activities about feminism and blackness proposed by and for the users. At the unity, the praxis of the psychologist, usually so willing to listen without providing closed answers, confronts the need to take actions that respond to the institutional rhythm and rules, without necessarily considering the person. In the face of difficulty, how to build a practice? From demands brought by a user, a place for talking groups and workshops was created for the users to bring their own interests and histories. The meetings have adherence from the users, who keep bringing new themes to discuss. As for the psychologist praxis, it keeps being weaved within the possibilities of public politics.

Keywords: assistance; reception; report

Introdução

A Unidade de Acolhimento Lélia Gonzalez é um equipamento de Proteção Social Especial de Alta Complexidade da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos de Niterói e recebe mulheres e famílias em situação de rua e vulnerabilidade.

A Proteção Social Especial é “a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social” (BRASIL, 2009a, p.37). No caso da população de rua, é priorizada uma abordagem que permita uma nova organização de um projeto de vida, “visando criar condições para adquirirem referências na sociedade brasileira, enquanto sujeitos de direito” (BRASIL, 2009a, p.37). De acordo com a Tipificação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), as unidades de acolhimento de adultos pretendem garantir proteção integral a famílias e indivíduos com vínculos familiares fragilizados ou rompidos (BRASIL, 2009b). Por proteção integral, entenda-se: moradia, alimentação, higienização e trabalho (BRASIL, 2009a).

Vou admitir uma coisa: este trabalho na SASDH de Niterói foi meu primeiro trabalho como psicóloga efetiva no sistema público. Com uma formação que em momento algum tratava sobre o SUAS, fui

descobrir e me interessando pela assistência nos estudos para o concurso e nas trocas com colegas. Fui, claro, buscar conhecer o que psicólogos antes de mim fizeram em Unidades de Acolhimento, e me surpreendi com o parco material que encontrei sobre a prática do psicólogo no SUAS. A Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social (CONPAS) do Conselho Federal de Psicologia, que, entre outros objetivos, visa sistematizar práticas profissionais dos psicólogos no SUAS, foi criada em 2014 (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2014): tem apenas seis anos! De fato, o SUAS foi instituído pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em 2004, teve sua Norma Operacional Básica (NOB-SUAS) lançada em 2005 - com revisão em 2012 - e a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais data de 2009 (BRASIL, 2012) - ou seja, a estrutura do SUAS como a conhecemos hoje é uma política pública relativamente recente. E há menos material ainda sobre psicólogos dentro de Unidades de Acolhimento. Por exemplo, o Conselho Federal de Psicologia dispõe de Referências Técnicas para Atuação do Psicólogo em Centros de Referências de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referências Especializados de Assistência Social (CREAS) (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2008, 2013), mas embora sejam referências interessantes para o trabalho no SUAS, não abordam a situação singular de unidades de acolhimento.

No entanto, o trabalho no SUAS reúne algumas discussões que são muito caras à Psicologia. Por exemplo, na Unidade de Acolhimento, a maior parte de nossos usuários é negra - como afirma Carneiro (2011), no Brasil pobreza e raça são sinônimos. Curiosamente, uma parcela significativa das mulheres que atendemos são usuárias da Rede de Saúde Mental. Isto diz de quem, na nossa sociedade, ocupa este espaço de vulnerável, com vínculos familiares frágeis ou rompidos. Trabalhamos com quem está à margem: pobres, negros, loucos, usuários de droga.

Vou então contextualizar o relato, contando um pouco sobre como era o trabalho quando eu o encontrei ao chegar no equipamento: recebemos mulheres, casais ou famílias, preenchendo uma ficha de identificação cadastral e um plano de acolhimento. São mapeadas as demandas destes usuários, em termos de retirada de documentos, saúde, educação, inserção no mercado de trabalho, entre outros. O tempo máximo previsto para acolhimento é de seis meses - mas as vezes

esta previsão é ultrapassada. Durante este tempo, o usuário e a equipe farão o possível para que as demandas apresentadas no início sejam atendidas, e os usuários saiam com autonomia para cuidar de si e se sustentar financeiramente. Além disso a equipe técnica, composta por assistentes sociais e psicólogos, também se ocupa de mediar conflitos que porventura venham a acontecer dentro do equipamento, e aplicar advertências caso se note que normas de convivência foram descumpridas. Na terceira advertência, somos responsáveis por desligar os usuários do equipamento, tendo as demandas sido trabalhadas ou não. É uma posição no mínimo ambígua: estamos abertos a escutar a história de vida, os planos e os sonhos e ser parceiros no caminho para atingi-los e também ocupamos um local hierarquicamente superior, em que temos o poder de aplicar sanções.

Muitos questionamentos surgem nesta situação. O que está claro é que este trabalho deve ser pensado a partir de um compromisso ético-político do próprio fazer psicológico. Com quem criamos nossas práticas e a quem elas servem? Aqui, ressoamos com Martín-Baró (1996) quando ele diz que o trabalho do psicólogo deve ser construído a partir das circunstâncias concretas da população a que atende, e que além disso deve ter um compromisso com a transformação das condições opressivas do contexto da população.

O que eu gostaria de contar neste relato é um momento em que surgiu a oportunidade de criar algo novo dentro daquele contexto institucional, tão mais importante por ter sido criado *com* acolhidas, e não *para* elas. Vou a seguir contar sobre a experiência, tecer algumas considerações sobre o ocorrido, e discutir possíveis modos em que este trabalho segue ressoando.

A experiência

Começou com uma atividade de desenho livre, pensada para as crianças, mas aberta para quem quisesse participar. Djamila resolve se juntar ao grupo. Ao fim da atividade, me mostra um desenho que representa ela e seus filhos, com o título: “diga não ao racismo e à violência contra a mulher”. A partir daí pudemos conversar sobre sua família, sua casa e o que era estar acolhida. Não é a primeira vez que Djamila está em uma unidade de acolhimento, e ela me conta que na

unidade anterior, havia uma biblioteca de livros escritos por mulheres, e lá ela havia descoberto que Lélia Gonzalez existiu de verdade, e era uma mulher negra. Devia ter algo assim aqui, ela diz. Eu concordo. E proponho: por que não criamos juntas uma atividade para falar sobre Lélia Gonzalez? Djamila se anima, e tem várias ideias. Fica combinado que ela vai anotar suas ideias, e conversaremos na segunda-feira.

Quando chega na segunda-feira, Djamila me passa um papel cheio de propostas: contar sobre a vida de Lélia Gonzalez, pesquisar sobre violência doméstica e racismo. Ela sublinha a importância de ter fotos de Lélia Gonzalez e outras mulheres negras. Quer também mencionar Zumbi dos Palmares, Dandara e Nelson Mandela. Sugere finalizar a roda de conversa com a música Negro Drama, do Racionais. E escreve:

“Eu acho que vai ser muito bom pelo menos para mim. Vai ser importante para mim ser estar e falar pois eu também vou estar falando da minha história.” (sic)

Já dizia Lélia Gonzalez que apesar da consciência, entendida como discurso dominante, fazer tudo para que a história negra seja esquecida, não é possível calar esta história (GONZALEZ, 1984). Djamila quer falar sobre os seus e a partir disso falar de si - assumir a sua própria fala, “e numa boa” (GONZALEZ, 1984, p.225). Como diz Neusa Santos Souza: “Mas [saber-se negra] é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades” (SANTOS SOUZA, 1990, p. 18).

Um dia paramos juntas para criar o material que vamos usar, lemos sobre a vida de Lélia, escolhemos uma foto, selecionamos o que queremos falar e imprimimos um texto de acordo. Espalhamos cartazes pelo equipamento convidando para a atividade. Os cartazes já foram uma intervenção - a foto de Lélia gerou curiosidade: “quem é esta?” “acho que eu conheço ela...” “ela está desaparecida?”. Até então, os únicos cartazes nas paredes do equipamento eram em busca de pessoas desaparecidas.

No dia, a roda de conversa tem a participação das outras acolhidas, e flui. Uma acolhida se oferece para ler o texto em voz alta. Djamila fala com propriedade sobre a importância de saber que Lélia Gonzalez é uma mulher negra. Me pego explicando sobre o termo

diáspora. Tenho medo de que nem todas estejam acompanhando a discussão, mas sou acalmada quando quem estava em silêncio realiza perguntas, e perguntas difíceis! O que é psicanálise? A conversa vai passando da história de Lélia para o racismo, que a maior parte das participantes conhece bem. Uma adolescente comenta que fez um trabalho para a escola sobre Zumbi dos Palmares. A conversa segue naturalmente para a questão de violência doméstica, e descubro novas histórias das usuárias que não haviam aparecido em atendimentos com a equipe técnica. Finalmente, terminamos com a música Negro Drama, e um convite para continuarmos pensando atividades coletivas.

Continuidade

Este foi o primeiro encontro, que se transformaram em outros. Nem todos com a mesma forma: tivemos oportunidade de ir a eventos organizados pela rede, e também de convidar pessoas que se dispuseram a estar dentro do acolhimento para compor conosco uma conversa sobre interseccionalidade e negritude. Djamila teve a sua porta de saída do acolhimento. Outros temas surgiram, a partir da necessidade e interesse de outras acolhidas - transexualidade, Língua Brasileira de Sinais... Cada encontro é um encontro, bolado com uma pessoa específica. A Unidade de Acolhimento, como um lar transitório, faz com que tenhamos sempre participantes diferentes, um grupo diferente.

Mas há uma característica comum aos encontros: durante o planejamento, o que está sendo construído, além de uma atividade objetiva, são recursos para falar de si. Possuir um discurso sobre si é um modo de exercer autonomia (SANTOS SOUZA, 1990). E não é a construção de autonomia um dos objetivos finais das Unidades de Acolhimento?

Quanto à prática psi, ela é repensada dentro da Unidade de Acolhimento a partir da possibilidade de trabalhar também com a potência, e não apenas com tudo que falta - nos trabalhadores, no equipamento, nos usuários da rede. Ao invés de, como diz a Tipificação, criarmos condições para que as acolhidas adquiram referências na sociedade brasileira (BRASIL, 2009b), escuta-se as referências que as

acolhidas já trazem, como sujeitos da própria história que elas são, e cria-se, a partir do encontro, novas possibilidades.

Trabalhamos aqui com uma perspectiva de psicologia situada historicamente e comprometida com a liberdade social e individual (MARTÍN-BARÓ, 2005). Freire (1987) afirma que a superação da dicotomia opressor-oprimido só é possível a partir da consciência crítica da opressão, em si uma ação sobre a realidade opressora. Mas o que é conscientização?

A conscientização não consiste, portanto, em uma simples mudança de opinião sobre a realidade, em uma mudança da subjetividade individual que deixe intacta a situação objetiva; a conscientização supõe uma mudança das pessoas no processo de mudar sua relação com o meio ambiente e, sobretudo, com os demais. Não há saber verdadeiro que não seja essencialmente vinculado com um saber transformador sobre a realidade, mas não há saber transformador da realidade que não envolva uma mudança de relações entre os seres humanos (MARTÍN-BARÓ, 1996, p.17).

Talvez tenha sido esse o efeito mais interessante dos encontros: para além da autonomia do sujeito, eles provocam mudanças na rotina concreta do acolhimento, fazendo surgir novos diálogos entre usuárias e entre usuárias e equipe, alterando mesmo as relações possíveis entre acolhidas e equipe técnica. Seria ingênuo pensar que isto por si só dá conta de todas as tensões presentes na unidade, mas é um início, uma procura.

Ainda podemos observar, à guisa de resultado, que a proposição de temas e o interesse em uma conversa coletiva, com múltiplas vozes, continua presente, em quem está e em quem chega, e os encontros contam com a adesão das acolhidas.

Bem, contavam, antes de uma situação de pandemia global instaurar-se no ano de 2020 e afetar direta e gravemente o Brasil. Além do uso de álcool-gel e máscaras, um dos impactos mais imediatos da quarentena na rede SUAS do município de Niterói foi a suspensão de atividades grupais, visando garantir a saúde de usuários e funcionários. Novos problemas e novas angústias surgiram, e no momento que

escrevo este texto, seis meses após a pandemia ser decretada na cidade, ainda está no início a formulação de atividades coletivas dentro da unidade de acolhimento, em formatos diferentes do que aconteciam antes.

Mas se tem uma coisa que não parou com a emergência do coronavírus foi a desigualdade da sociedade brasileira, que ao contrário, só foi exacerbada (FIOCRUZ, 2020). Os historicamente excluídos e mortos só continuam mais excluídos e morrendo em maior número. O que significa “lave as mãos” e “fique em casa” para uma população que não tem nem água nem casa? Volto a citar Sueli Carneiro (2011), afirmando que pobreza e raça estão ligados. Nascimento (2020), afirma que além de cor esta pandemia tem gênero. São as mulheres negras as mais prejudicadas - justamente a população majoritariamente atendida na Unidade de Acolhimento Lélia Gonzalez. A Proteção Social Especial é criada dentro do SUAS justamente com o objetivo de alcançar a parte mais vulnerável da população, aquela que já teve os direitos violados. Faz-se premente discutir o papel do poder público frente à violação de direitos, e as práticas dos profissionais que trabalham dentro do sistema público no atendimento direto a esta população. Se ousarmos ter esperança, pensaremos que podemos resistir também nos bons encontros, nos momentos em que se compartilha a fala e a música.

*Negro drama
Cabelo crespo
E a pele escura
A ferida, a chaga
A procura da cura
(Negro Drama - Racionais MC)*

Referências

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social NOB-SUAS*. Brasília: 2012. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf. Acesso em: 11 out. 2018.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Política Nacional de Assistência Social - PNAS/2004 Norma Operacional*

Básica - NOB/SUAS. Brasília: 2009a. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 11 out. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Resolução no 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano CXLVI, nº 225, p. 82, 25 novembro 2009b. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia_social/resolucoes/2009/Resolucao%20CNAS%20no%20109-%20de%2011%20de%20novembro%20de%202009.pdf. Acesso em: 11 out. 2018.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Referências técnicas para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS*. Brasília: CFP, 2008. Disponível em <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Referências-Técnicas-para-Atuação-das-Psicólogas-no-CRAS-SUAS.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) nos Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS)*. Brasília: CFP, 2013. Disponível em https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/08/CREPOP_CREAS_.pdf. Acesso em: 20 ago. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Proposta de Trabalho da Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social*. Brasília: CFP, 2014. Disponível em https://compas.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/8/2014/11/PROJETO_CONPAS_POS_IV_CBP1.pdf. Acesso em: 20 ago.2020.

FIOCRUZ. Desigualdade social e econômica em tempos de Covid-19. *Fiocruz*. Disponível em <https://portal.fiocruz.br/noticia/desigualdade-social-e-economica-em-tempos-de-covid-19>. Acesso em: 23 de ago. 2020.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, Rio de Janeiro, 223-244, 1984.
- MARTÍN-BARÓ, Ignacio. O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia*, v. 2, n. 1, Natal, 7-27, 1996.
- MARTÍN-BARÓ, Ignacio. *Accion y ideologia*. San Salvador: UCA Editores, 2005.
- NASCIMENTO, Elaine. A pandemia tem cor e gênero. [Entrevista cedida a] Ana Cláudia Peres. *Radis Comunicação e Saúde*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2020. Disponível em <https://radis.ensp.fiocruz.br/index.php/home/entrevista/a-pandemia-tem-cor-e-genero>. Acesso em: 19 ago. 2020.
- SANTOS SOUZA, Neusa. *Tornar-se negro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1990.